



Orçamento para 2015 Aprovado

Depois de um tenso braço de ferro entre o Conselho e o Parlamento, a equipa de negociadores onde se destacou o Dep. José Manuel Fernandes chegou finalmente a acordo.

Pg. 03



CUMPRIR !

O Conselho (que reúne os governos dos Estados-Membros) recusou-se a corrigir o Orçamento da UE. E assim, **faltaram os recursos necessários para pagar as despesas que tinha autorizado**.

Ao contrário do que os Tratados estabelecem, **a atitude do Conselho criou um défice na execução do orçamento comunitário**. Os mesmos governos que criticam os Estados-Membros que deixam resvalar o seu défice orçamental, **provocam eles mesmos, um défice europeu**.

A equipa negociadora do Parlamento Europeu onde se destacou o português **José Manuel Fernandes** conseguiu:

- **reduzir este défice** (e permitir o pagamento das facturas em atraso que penalizam estudantes, investigadores, PME's, ONG's e autoridades nacionais e locais),

- **travar as tentativas de redução** do orçamento comunitário feitas pelo Conselho (reduzindo os cortes previstos)

- e assegurar um valor de **145 mil milhões de euros** em dotações de autorização e **141 mil milhões de euros** em dotações de pagamento, **essenciais para assegurar a execução dos programas e fundos europeus**.

Paulo Rangel Preside à 1ª delegação UE/Brasil

Pg. 13

Em Defesa das Pescas Portuguesas



Deputados do PSD subscreveram proposta de Fernando Ruas negando estatuto privilegiado às Filipinas


Pg. 10

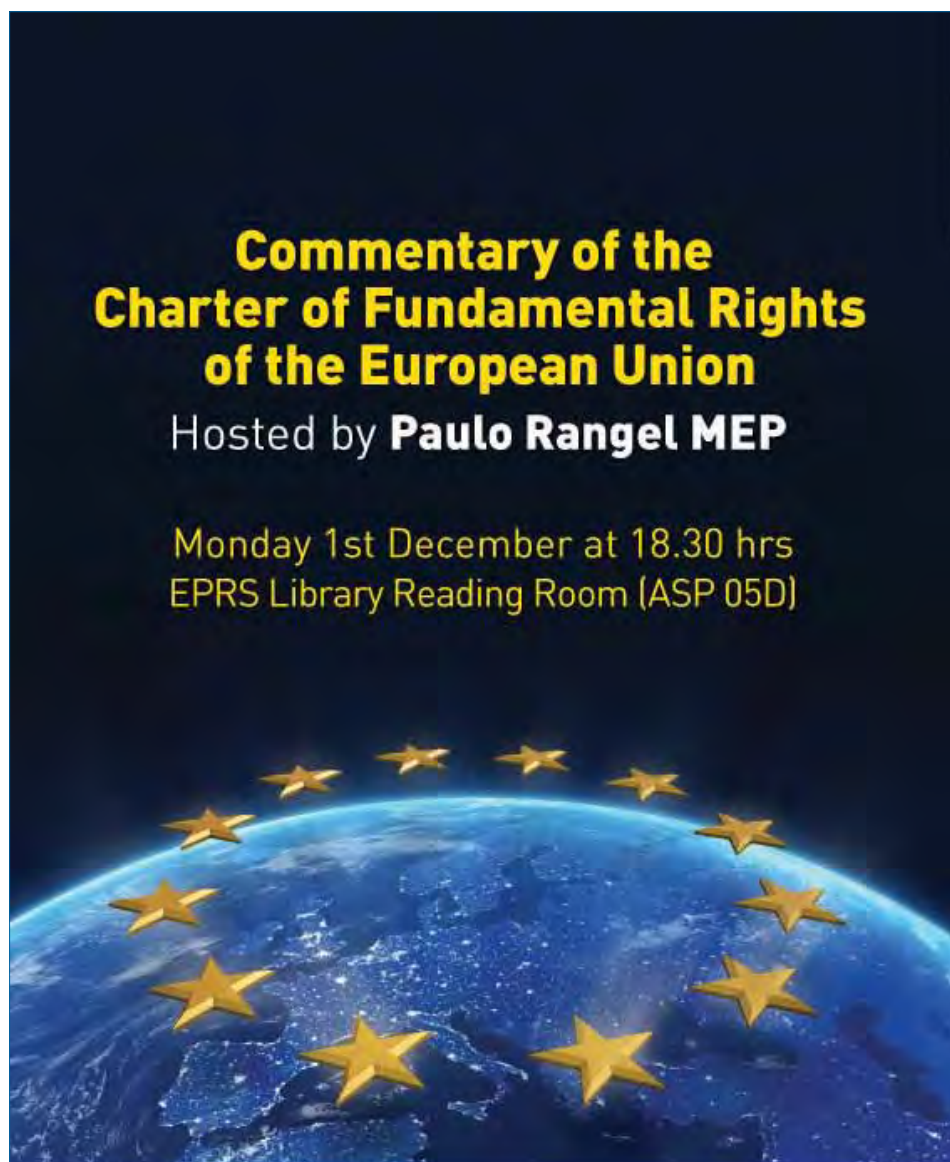
Carlos Coelho defende em Estrasburgo direitos das Crianças

Pg. 11

Paulo Rangel organiza conferência sobre resultados do Referendo Escocês

Na qualidade de Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelo EIN (European Ideas Network) a rede de think tanks do Grupo PPE, **Paulo Rangel** organizou um debate sobre **"o impacto dos resultados do referendo escocês na União Europeia"**.


O debate contou com a participação dos Deputados e antigos Deputados europeus de diversos países e grupos políticos, tais como Santiago Fisas Ayxelà, Andrew Duff, Carlos Iturgaiz Angulo, Herbert Dorfmann, Elisabetta Gardini, Gabriel Mato, Jan Olbrycht, Alojz Peterle, György Schöpflin, Jan Hudghton e Catherine Stihler. 



Sofia Ribeiro defende que "dar o mesmo a todos não é tratar por igual"

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** viu as suas alterações ao relatório "*aspectos sociais e em matéria de emprego da Estratégia Europa 2020*", serem aprovadas, no que considerou ser **"mais um pequeno passo na defesa e promoção dos valores e interesses das Regiões Ultraperiféricas (RUP) no Parlamento Europeu, numa altura em que se pretende tratar por igual, assuntos que são completamente diferentes e que partem de pontos de partida díspares"**.

Este relatório que foi aprovado em plenário pretende moldar a Estratégia Europa 2020 nas áreas do emprego e assuntos sociais e no qual as propostas da Eurodeputada Sofia Ribeiro foram aprovadas. Para Sofia Ribeiro **"é fundamental que as RUP tenham um olhar diferente a todos os níveis e reforço aqui as questões relacionadas com o emprego e assuntos sociais. Apelei portanto, neste relatório, à Comissão Europeia e a todos os Estados-Membros para que tenham em especial consideração as Regiões Ultraperiféricas, cujas desvantagens naturais, como o afastamento, a fragmentação geográfica, as economias frágeis e os constrangimentos naturais, geram desigualdades acrescidas em matéria de acesso a oportunidades de emprego, colocação e formação para as suas populações"** e na sequência, acrescentou ainda que **"estas regiões requerem mecanismos específicos reforçados para a implementação de programas de investimento, a fim de realizar os objectivos da Estratégia Europa 2020 e promover o seu potencial de desenvolvimento económico e social"**.

A concluir a sua declaração, a Eurodeputada Sofia Ribeiro afirmou que **"dar os mesmos instrumentos a todos, não é tratar todos por igual. Precisamos de instrumentos e medidas adaptadas às nossas realidades, às realidades das RUP para que possamos estar ao mesmo nível de outras regiões para alcançar os desígnios da Estratégia UE2020. Só assim tudo isto faz algum sentido"**. 

Parlamento Europeu aprova orçamento da UE para 2015

Após centenas de horas de negociação o **Parlamento Europeu (PE) e o Conselho chegaram acordo sobre o orçamento para 2015** e aprovaram orçamentos rectificativos para 2014.

José Manuel Fernandes coordenador do PPE na Comissão dos orçamentos fez parte da equipa de negociação do PE.

União Europeia tem de pagar o que deve

O braço de ferro entre o PE e o Conselho centrou-se nas facturas já vencidas e não pagas. **Em 2013 ficaram por pagar mais de 23 mil milhões de euros de facturas** e o montante de 2014 será superior a este montante. Estes **“não pagos”** prejudicam as PME, os estudantes, os investigadores, as ONGs, as autoridades nacionais e locais. O Parlamento pretende, pagar o que se deve e pelo menos, estabilizar esta dívida de forma a que o orçamento não entre em colapso.

“Não tenhamos medo de lhe chamar dívida, porque é disso que se trata” declarou José Manuel Fernandes, e acrescentou **“a União Europeia deve aplicar a ela própria o mesmo rigor que pede aos Estados-Membros e, deve cumprir os seus compromissos, nomeadamente o que adoptou no quadro financeiro plurianual”**

O Deputado Português defendeu também que **os fundos e programas para o período 2014/2020 arranquem sem mais atrasos**. Em 2014 estavam em cima da mesa cerca de 5.000 milhões de receitas extraordinárias do orçamento da UE, sobretudo resultantes de multas. O que seria normal é que esta receita extraordinária fosse para amortizar a dívida. O Conselho pretendia “agarrar” nestes 5.000 milhões, metê-lo no bolso, ou seja devolver aos orçamentos nacionais que contribuíram para o orçamento europeu.

E o Conselho, relativamente ao orçamento de 2015 pretendia reduzir as autorizações e cortar nos pagamentos em cerca de 2.100 milhões de euros.

Um resultado Positivo

Segundo José Manuel Fernandes, que integrou a equipa de negociadores do Parlamento Europeu, este acordo permite **“a concre-**




tização das nossas prioridades relativas ao crescimento e ao emprego” e “estabilizar a dívida da União Europeia”.

O PE conseguiu mobilizar 3.600 milhões de euros dos cerca de 5.000 milhões de receitas extraordinárias de 2014, o que permite estabilizar a dívida e evitar o colapso do orçamento.

Relativamente ao orçamento de 2015 os cortes iniciais do Conselho nos pagamentos foram reduzidos para cerca de metade e aumentamos as verbas inscritas para autorizações dos programas destinados ao crescimento e emprego, nomeadamente a investigação (horizonte 2020), apoio às PME (COSME) e destinados à juventude (ERASMUS+).

O orçamento da UE para 2015 será de 145,32 mil milhões de euros em dotações de autorização e 141,21 mil milhões de euros em dotações de pagamento.

Por proposta do PE, em 2015 deveremos ter um plano para pagar a dívida. Este plano não poderá colocar em causa os compromissos, os programas e as prioridades políticas estabelecidas no quadro financeiro plurianual 2014/2020. **O PE não aceita que a regularização da dívida seja feita à custa do atraso dos programas**, ou da diminuição das ambições, objectivos e metas estabelecidas.

As verbas relativas à ajuda humanitária e ao apoio aos refugiados também foram aumentadas. 

Eurodeputada Sofia Ribeiro inicia Roteiro “Mais Açores na Europa”

A deputada açoriana ao Parlamento Europeu pelo PSD, **Sofia Ribeiro**, esteve em quatro das nove ilhas dos Açores, tendo reunido com diversas entidades locais e regionais, quatro meses após ter tomado posse.

Esta visita inseriu-se no roteiro que a Eurodeputada do PSD realizou, intitulado “**Mais Açores na Europa**”, numa semana em que as actividades do Parlamento Europeu são descentralizadas, precisamente para que os Eurodeputados possam dedicar-se a iniciativas no seu círculo eleitoral, tendo Sofia Ribeiro realizado várias reuniões de trabalho nas ilhas Faial, Pico, Terceira e Flores. A visita ao Corvo teve de ser cancelada por causa do mau tempo.

Segundo a Eurodeputada, *“nesta semana venho dar cumprimento a uma promessa eleitoral, de trabalhar em proximidade com as entidades representativas dos vários sectores estruturantes da nossa sociedade e da nossa economia. Pretendo sujeitar à apreciação dos eleitores dos Açores o trabalho que tenho vindo a desenvolver, inteirar-me, na primeira pessoa, dos seus problemas e expectativas de modo a que possa, quando e se necessário, adaptar a minha intervenção”*.


Nas reuniões com os pescadores foi debatida a proposta da Comissão Europeia de redução das quotas de pesca do goraz, tendo Sofia Ribeiro apresentado o trabalho que tem vindo a desenvolver com a **Federação de Pescas dos Açores e em articulação com a Representação de Portugal em Bruxelas**, por forma a minorar esta redução, numa matéria que se encontra em negociação, e que é de extrema importância para a economia regional.

Com o sector Agrícola foram analisadas as verbas previstas pelo Governo Regional ao abrigo do programa POSEI para 2015, tendo Sofia Ribeiro (que é, no Parlamento Europeu, membro da Comissão de Agricultura) apresentado a sua **estratégia de acção para minorar os prejuízos decorrentes do termo da quotas leiteiras** e a sua relação com a defesa da diversificação agrícola açoriana, no que respeita ao sector da carne e dos produtos hortícolas e frutícolas.



Segundo a Eurodeputada, “nesta semana venho dar cumprimento a uma promessa eleitoral, de trabalhar em proximidade com as entidades representativas dos vários sectores estruturantes da nossa sociedade e da nossa economia. Pretendo sujeitar à apreciação dos eleitores dos Açores o trabalho que tenho vindo a desenvolver, inteirar-me, na primeira pessoa, dos seus problemas e expectativas de modo a que possa, quando e se necessário, adaptar a minha intervenção”.


Já na área social, no âmbito das reuniões com as instituições do sector, Sofia Ribeiro adiantou que defende a discussão alargada das respostas à **terceira idade**, numa Europa cuja média de idades aumenta de dia para dia. Para a Eurodeputada *“na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, a que pertencço no Parlamento Europeu, temos de discutir e analisar meca-*

nismos que garantam o apoio aos nossos idosos para que estes vivam condignamente e articular este problema com o combate à pobreza previsto na Estratégia Europa 2020”. Para Sofia Ribeiro *“este é um problema à escala europeia e os nossos governos não podem demitir-se das suas responsabilidades sociais para com os nossos idosos”*. 

Fernando Ruas quer mais poder para as Comunidades para desenvolver as Regiões

O Eurodeputado do PSD **Fernando Ruas** foi **um dos intervenientes** do Seminário **“Empoderar comunidades, desenvolver regiões - Viseu Dão Lafões na Europa”**, o qual teve lugar no passado dia 15 de Novembro no auditório da biblioteca municipal de Mangualde. Decorreu ainda um Concurso destinado a Jovens, intitulado **“Soluções Locais para Estratégias Regionais”** que teve como parceiros a Câmara Municipal de Mangualde e a CIM Viseu Dão Lafões. Presentes na sessão de abertura estiveram João Azevedo, presidente da Câmara de Mangualde e membro do Comité das Regiões, José Morgado, presidente da CIM Viseu Dão Lafões, o Eurodeputado Fernando Ruas e Ana Abrunhosa, presidente da CCDRC.

Este evento, promovido pela “Acção Polis”, foi desenvolvido no âmbito da 12ª Semana Europeia de Regiões e Cidades/Europa (Open Days 2014) do Comité das Regiões da União Europeia. Fernando Ruas, para além da sua intervenção, premiou ainda os participantes do Concurso Juvenil com uma visita às instituições Europeias a Bruxelas, no decorrer do próximo ano.

O Eurodeputado salientou a *“importância da Europa estar perto da população”* e mostrou-se *“satisfeito pela elevada participação no evento e pela elevada qualidade das questões colocadas após as intervenções iniciais”*, lembrando ainda que, tal como o mote do Seminário indica, também acredita *“que comunidades empoderadas são comunidades [mais] desenvolvidas”*. 




Paulo Rangel apresenta Obra Portuguesa Inédita no Parlamento Europeu

O Vice-presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, **Paulo Rangel**, apresentou no passado dia 1 de Dezembro a obra inédita intitulada **“edição comentada da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE)”**, uma iniciativa do Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU) da Universidade do

Minho. A apresentação da obra inédita em língua portuguesa contou com a presença de uma das coordenadoras, a Professora Alessandra Silveira.

Esta edição conta com a colaboração de diversos comentaristas, entre os quais o Deputado Paulo Rangel, de reconhecido saber

científico com várias idades, inclinações e mundividências. Trata-se de uma ferramenta de apoio aos operadores jurídicos portugueses que são diariamente confrontados com a aplicação de normas europeias e normas nacionais que as executam e numa fonte de inspiração para o amplo universo de intérpretes do direito constitucional da União. 

Cláudia Monteiro de Aguiar assume no PPE relatório estratégico para o Turismo


Eurodeputada Madeirense nomeada relatora-sombra do primeiro relatório sobre o Turismo desta legislatura

Como membro da Comissão dos Transportes e Turismo, a Deputada Portuguesa **Cláudia Monteiro de Aguiar** vai liderar a posição do PPE no **relatório de iniciativa** que versará sobre uma Estratégia para o Turismo denominado: **“Novos Desafios e Conceitos para a promoção do Turismo no Parlamento Europeu.”**

Este relatório de iniciativa terá como base três propostas apresentadas pela Comissão Europeia, nomeadamente os princípios de qualidade do Turismo Europeu, o crescimento e o emprego no sector do Turismo costeiro e marítimo e a segurança dos serviços de alojamento turístico.

Para Cláudia Monteiro de Aguiar *“este relatório lançado no início desta legislatura representa uma aposta clara num sector económico que deu provas da sua resiliência, mantendo o seu crescimento constante, mesmo com a crise soberana e financeira. Por outro lado, há também uma aposta na denominada economia azul, na sua vertente turística”*.

A Eurodeputada destaca ainda os números impressionantes de turistas internacionais que chegam à Europa *“representando 51% do total de chegadas internacionais a nível mundial, em 2013”* sublinhando que *“os Estados-Membros têm de manter os níveis de qualidade dos serviços oferecidos aos turistas internacionais, mas também aos cidadãos europeus que viajam dentro do espaço da União.”*

Para que a União Europeia se mantenha como o destino número 1, a nível global, é preciso apresentar novas respostas. É preciso estabelecer um **Turismo inteligente, inclusivo**, que inclua as regiões mais remotas e com menos acessibilidades, como as **Regiões Ultraperiféricas, sustentável**, de qualidade e dotar as Micro e as Pequenas-Médias Empresas de instrumentos e serviços digitais. 



Cláudia Monteiro de Aguiar *“este relatório lançado no início desta legislatura representa uma aposta clara num sector económico que deu provas da sua resiliência, mantendo o seu crescimento constante, mesmo com a crise soberana e financeira. Por outro lado, há também uma aposta na denominada economia azul, na sua vertente turística”*.

Carlos Coelho repudia o uso de tortura por parte da CIA

e vê reconhecidas pelo Senado norte-americano as suspeitas levantadas pela Comissão Parlamentar a que presidiu.

O Parlamento Europeu discutiu, em Estrasburgo, o recente e polémico **Relatório do Senado norte-americano sobre o uso de tortura pela CIA**, que deu lugar a um debate de urgência na sessão plenária do Parlamento Europeu.

O Deputado social-democrata **Carlos Coelho**, que foi o **Presidente da Comissão Temporária da alegada utilização pela CIA de países europeus para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros (TDIP)**, interveio na discussão parlamentar condenando veemente o uso de tortura por parte da CIA nos seus programas e alertando para o défice democrático no controlo dos serviços secretos.

Carlos Coelho recordou em Estrasburgo que *"em 2006 e 2007, este Parlamento investigou este caso através da sua comissão TDIP, a que tive a honra de presidir. No início alguns acusaram-nos de ter uma agenda ideológica, sugeriram propósitos anti-americanos e afirmaram que era impossível um Estado de Direito como os EUA cometerem os actos ilegais que lhes eram atribuídos. As autoridades norte-americanas afirmavam que as alegações eram infundadas. Mentiram!"*

Carlos Coelho frisou, para os mais esquecidos, que *"já em Setembro de 2006 tivemos uma testemunha que não havíamos pedido: George W. Bush, então Presidente dos EUA confirmou ao Mundo o programa das extraordinary renditions e reconheceu que eram verdade, os raptos, a não sujeição dos detidos a um tribunal, a existência de prisões secretas mas negou veementemente que fosse utilizada a tortura. Mentiu uma vez mais como se viu pelo relatório do Senado americano agora publicado"*.

O programa da CIA *"na maioria dos casos implica uma detenção em situação de incomunicabilidade e tortura"*, afirma o relatório do PE, com base nas declarações prestadas por algumas das vítimas ou pelos seus advogados durante os trabalhos da comissão temporária.

O clima de impunidade em relação aos programas da CIA permitiu que as violações dos



direitos fundamentais continuassem a ser perpetradas, tal como demonstrado pelos programas de vigilância em massa da Agência Nacional de Segurança dos EUA e de vários países da UE, disse o Parlamento Europeu numa outra resolução sobre a CIA aprovada em Outubro de 2013.

Na sua intervenção Carlos Coelho realçou 4 mensagens importantes que se podem retirar deste Relatório do Senado:

1.º **É preciso coragem para se ter autoridade moral**

Como a Senadora Feinstein sublinhou e bem, só uma democracia adulta é capaz de rever os seus próprios erros e contribuir para evitar que eles se repitam no futuro.

2.º **Não podemos desistir de trazer a verdade ao de cima**


Sem que nos esforcemos não é de todo evidente que a verdade venha sempre ao de cima sobretudo quando governos nacionais criam obstáculos a que se aprofunde o que aconteceu. Reitero o que por mais do que uma vez afirmei neste hemiciclo: "Em nenhuma circunstância o segredo de Estado se pode sobrepor a Direitos Fundamentais inalienáveis". Este Parlamento deve prosseguir os

seus esforços e contribuir para o total esclarecimento do que, a este propósito, se passou na União Europeia.

3.º **Os fins não justificam os meios**

Ser determinado no combate ao terrorismo, tem que passar pela detecção e a prevenção de actos terroristas, por colocar perante a justiça os seus responsáveis e puni-los de forma adequada e eficaz, e acima de tudo pela protecção da vida humana. A tortura não é moralmente aceitável, é condenada pelo direito internacional e nem sequer é eficaz como este Relatório comprova e de resto já havia sido afirmado pelo Senador Mc Cain.

4.º **Há um défice no controlo democrático dos Serviços Secretos**

O Relatório é a prova de que durante vários anos o controlo democrático exercido pelo Congresso sobre os serviços secretos não funcionou. A CIA mentiu sem problemas de forma reiterada. Temos o mesmo problema na Europa. Os serviços secretos têm de ser sujeitos a um maior controlo democrático. E na maior parte dos países da União esse controlo ou não existe ou não exercido de forma sistemática ou depende mais do governo do que do Parlamento e portanto não é de forma autêntica um controlo parlamentar democrático." 

Para José Manuel Fernandes o Poder local é “valor acrescentado” para desenvolvimento e coesão da União Europeia

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** aponta o Poder Local como “valor acrescentado” para a União Europeia atingir os seus objectivos prioritários de coesão e desenvolvimento social, económico e territorial.

Uma ideia que evidenciou a importância das autarquias no contexto europeu e que foi defendida durante a **Convenção Autárquica Distrital do PSD de Viana do Castelo**, que decorreu em Arcos de Valdevez, com a participação de Deputados, Presidentes de Câmara e de Junta, assim como eleitos locais na oposição.

“A eficiência na utilização de recursos e dinheiros públicos coloca as autarquias como um recurso de administração e gestão decisivo no seio da grande diversidade europeia”, defendeu José Manuel Fernandes, que apresentou alguns números sobre o impacto do Poder Local na UE.

“O Poder Local representa **um terço das despesas públicas na União Europeia**, mas com esse valor consegue assumir **dois terços do total das despesas em investimentos públicos**”, concretizou o Eurodeputado. Valorizou ainda o facto de o Poder Local, simultaneamente com estes valores, representar **56% do emprego na função pública**.

Numa Europa com 508 milhões de habitantes de 28 Estados-Membros, que congregam mais de 90 mil órgãos de poder local e regional distribuídos por 1315 regiões NUTS3, a **proximidade** e a **eficiência** das autarquias tornam-se ainda mais importantes para a UE assegurar nomeadamente em termos de empregabilidade, combate às alterações climáticas, educação e inovação, combate à pobreza.

Na sessão sobre ‘**A Europa e o Poder Local: que relação de futuro?**’, o presidente da Câmara de Valença, Jorge Salgueiro Mendes, aproveitou para deixar o reparo sobre “**as queixas e as injustiças que muitas vezes dão jeito fazer em relação à União Europeia, quando é de lá que vêm muitas verbas que tem permitido fazer a grande parte de obras e investimentos que vieram permitir outra qualidade de vida às pessoas**”.



José Manuel Fernandes defendeu “A eficiência na utilização de recursos e dinheiros públicos coloca as autarquias como um recurso de administração e gestão decisivo no seio da grande diversidade europeia”.

Para o **novo quadro de fundos comunitários**, o autarca mostrou-se confiante quanto à boa utilização das verbas e a uma melhor justiça na distribuição dos valores pelas diferentes regiões, nomeadamente no que toca ao Norte, enquanto região mais pobre do país e que, por isso, maior volume de financiamento deve garantir dos fundos estruturais.

Nesta convenção, que contou ainda com intervenções dos presidentes de Câmara de Vila Nova de Famalicão, Paulo Cunha, e Arcos de Valdevez, João Esteves, assim como do Deputado Carlos Abreu Amorim, o Eurodeputado José Manuel Fernandes aproveitou para de-

safiar as autarquias a olharem também para **os fundos e os programas geridos centralmente pela Comissão Europeia**, que já estão disponíveis e com candidaturas abertas.

É o caso do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação, com o maior volume de verbas a gerir pela Comissão e que ficará “**nas mãos de um português, Carlos Moedas**”, que José Manuel Fernandes fez questão de apontar como o candidato a comissário que melhor performance teve nas audições no parlamento Europeu e que foi aplaudido por todos, com excepção dos portugueses dos partidos de extrema-esquerda, PCP e Bloco.

“Viajar tem de ser possível para todos”

Cláudia Monteiro de Aguiar promove, em Bruxelas, plataforma portuguesa de ajuda a pessoas com mobilidade reduzida

A ideia tem pouco mais de um ano mas já foi premiada. Ajudar quem tem deficiência ou mobilidade reduzida a encontrar informações sobre as acessibilidades aos locais que pretende visitar, é o objectivo da HereWeGo, uma plataforma de turismo acessível, com assinatura portuguesa.

Para os mentores do projecto, Luísa Aguiar e Filipe Freitas, é fundamental que a falta de informação não seja um factor limitador para os turistas com mobilidade condicionada quando decidem viajar.

Quem também partilha desta ideia é a Eurodeputada **Cláudia Monteiro de Aguiar**. No dia 8 de Dezembro, numa iniciativa integrada nas comemorações do dia Europeu da Pessoa com Deficiência, trouxe a Bruxelas os criadores da HereWeGo, considerando que um **dos seus objectivos é promover e ajudar a desenvolver um Turismo que seja acessível para todos**, motor de inclusão social e de crescimento da União Europeia.

Este é um mercado com um grande potencial económico uma vez que, segundo os últimos dados das Nações Unidas, existem 650 milhões de pessoas a viver com algum tipo de deficiência.


Nem a chuva nem o frio impediram a participação neste percurso, de cerca de 30 minutos, realizado entre a *Place de la Monnaie* e a *Grande Place*, guiados pelo anfitrião local Miguel Gerez.

Durante o passeio, Miguel, Jornalista e Conselheiro em Acessibilidade na “Bruxelles Pour Tous” (Bruxelas para Todos), partilhou não só informações turísticas, mas também salientou as acessibilidades existentes, nas lutas e conquistas por melhores acessos e a importância das mesmas não só para os turistas como também para os locais.

Para Cláudia Monteiro de Aguiar *“a participação de associações locais e do organismo VisitBrussels, mostram o interesse por estas iniciativas de sensibilização. A realidade de um turismo acessível e para todos é um percurso ainda longo, mas acredito que estas acções possam fazer a diferença.”*



Cláudia Monteiro de Aguiar “a participação de associações locais e do organismo VisitBrussels, mostram o interesse por estas iniciativas de sensibilização. A realidade de um turismo acessível e para todos é um percurso ainda longo, mas acredito que estas acções possam fazer a diferença.”

Este percurso permitiu ainda *“sensibilizar através da formação, mostrando aos participantes as barreiras físicas que ainda existem em muitas cidades europeias, impedindo muitos cidadãos europeus do simples facto de viajar.”* 



PSD pede bloqueio às Filipinas em defesa das pescas portuguesas

Os Deputados Europeus do PSD não querem que as exportações Filipinas para a União Europeia beneficiem de um estatuto especial que lhes concede vantagens aduaneiras. Em causa está, entre outros sectores, a defesa das pescas portuguesas.




Os Deputados Europeus do PSD subscreveram uma Proposta de Resolução que pretende impedir a atribuição do Estatuto SPG às Filipinas. O Estatuto SPG é um sistema de Preferências Pautais Generalizadas que atribui isenção de direitos aduaneiros para as exportações das Filipinas para o mercado interno da UE, num conjunto alargado de produtos.

Esta proposta, subscrita por 85 eurodeputados (5 dos 8 portugueses são do PSD) surge no seguimento da Resolução apresentada na Comissão de Comércio internacional onde o Deputado **Fernando Ruas** tem assento e da qual foi o único Deputado português proponente.

O Deputado do PSD Fernando Ruas, membro da Comissão de Comércio Internacional

e um dos promotores desta Proposta de Resolução, considera que está em causa principalmente uma questão de coerência da acção da União Europeia: **“no momento em que as Filipinas se encontram a ser alvo de um processo de averiguações no âmbito do não cumprimento do Regulamento da UE para prevenir, desencorajar e acabar com a Pesca ilegal não podemos estar a incentivar, através de benefícios aduaneiros, o mesmo Estado a exportar o resultado dessa pesca potencialmente ilegal”**.

O Deputado do PSD, acrescenta ainda **“as sérias preocupações deixadas pela Organização Internacional do Trabalho”** na avaliação que efectuou em Junho deste ano sobre a aplicação pelas Filipinas da

Convenção sobre a Interdição das Piores formas de Trabalho das Crianças e Acção Imediata com vista à sua eliminação’, lembrando que esta **“é uma das 27 Convenções que deveria ser cumprida pelas Filipinas para a atribuição do estatuto SPG+ e sobre a qual quer a OIT, quer a ONU expressaram recentemente sérias reservas sobre o seu cumprimento”**. Fernando Ruas lembra ainda que **“as pescas portuguesas não seriam o único sector afectado pela atribuição das isenções aduaneiras às Filipinas. Outros segmentos da indústria nacional, tais como a indústria de bicicletas e outros acessórios, a indústria têxtil e a indústria alimentar que produz frutas preparadas ou conservadas sofreriam também consequências caso houvesse atribuição do Estatuto SPG às Filipinas.”** 



Os Direitos das Crianças acima de tudo: Carlos Coelho intransigente em Estrasburgo

O Parlamento Europeu debateu em Estrasburgo uma Resolução sobre o 25.º aniversário da **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**, no qual interveio o Deputado **Carlos Coelho**


Para o social-democrata, Membro da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos, “**é um bom momento para voltar a colocar na ordem do dia as Crianças e a defesa dos seus Interesses e Direitos**” ressaltando que “**apesar da importância de todos os temas discutidos neste Parlamento, creio que todos concordarão que esta será uma das prioridades que mais consenso pode gerar**”.

Carlos Coelho realçou que a acção da União neste domínio não é uma novidade não deixando porém de realçar a necessidade de se ser ainda mais ambicioso “**Não nos po-**

demos satisfazer com o facto de todos os Estados-Membros da União Europeia terem já ratificado a Convenção da ONU e os demais protocolos adicionais. Temos de assegurar que, na prática, se executa o que legalmente subscrevemos”, afirmou.

Entre as várias prioridades a combater realçou o **cyberbullying**, a **violência infantil**, a **pornografia infantil** e a **mutulação genital** - “**nenhuma tradição, cultura ou religião deve poder servir de justificação para a violência contra as crianças**” bem como “**a promoção de melhores condições para as crianças mais desfavorecidas, inseridas em famílias com menos recursos ou em comunidades mais pobres e o ajustamento dos nossos sistemas de Justiça para tratar de crianças e dos sistemas de Educação na inclusão e combate ao abandono escolar precoce**”.

Carlos Coelho manifestou o seu apoio claro a esta Resolução aprovada pelos parlamentares europeus que adopta uma visão global, abordando todas as questões necessárias a melhor proteger as nossas crianças afirmando ao concluir que “**não esquecemos que quase sete milhões de crianças com menos de cinco anos morreram em 2012 de causas que podiam ter sido prevenidas e evitadas; que cerca de 170 milhões de crianças são sujeitas a trabalho infantil, que um quarto de milhão são crianças soldados. Não podemos deixar de condenar de forma vigorosa a doutrinação e a utilização de crianças para actividades terroristas ou de indole militar**”.

Uma Europa que não se preocupasse com as nossas crianças, seria uma Europa de costas voltadas para o futuro. 


Sofia Ribeiro critica a inactividade da Comissão Europeia no caso do leite

A Eurodeputada Sofia Ribeiro **criticou a Comissão Europeia** pela incapacidade de reagir perante a situação dramática em que se encontram **os produtores de leite** face ao embargo russo e aos efeitos antecipados do **fim das quotas leiteiras**, tendo ainda denunciado a acentuada redução dos preços pagos aos produtores que já se está a verificar e que se perspectiva venha a aumentar consideravelmente a partir de Janeiro.

Num debate na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu sobre o chamado Pacote do leite (conjunto de medidas apresentadas pela Comissão Europeia para permitir uma transição suave do sector com o fim das quotas), a Eurodeputada Sofia Ribeiro foi muito crítica, afirmando que **"mais uma vez falamos sobre as medidas do "pacote do leite" e penso que é consensual entre todos que estas são manifestamente insuficientes para que este importantíssimo sector europeu possa ultrapassar o actual e futuro momento de crise, agravado pelo impacto do embargo russo nesta fileira"** acrescentando ainda que **"esta situação evidenciou a incapacidade da UE de prevenir e actuar nas crises no sector, não obstante as medidas paliativas apresentadas pela Comissão. Foi, portanto, um primeiro teste a sério à forma como todo este sector será gerido num futuro pós-quotas."**

Segundo a Eurodeputada Sofia Ribeiro **"tenho informações de algumas organizações do sector, de que o preço médio pago ao produtor já é mais de 10 cêntimos inferior ao custo de produ-**

ção e no meu país também já se está a registar uma diminuição do preço do leite pago ao produtor" tendo ainda referido que **"nos Açores, região de onde venho, uma RUP distante do centro de decisão europeu, em que este sector é estruturante para a sua economia e com forte envolvimento social, ambiental e cultural, também já registamos os efeitos indirectos deste embargo e do previsto fim das quotas, tendo o preço do leite pago ao produtor sido reduzido em mais 2 cêntimos na passada semana, mas mais grave ainda são as previsões de quebra continuada e acentuada do preço do leite a partir de Janeiro. É urgente mitigar esta situação e proteger os agricultores europeus."** No decorrer da sua intervenção Sofia Ribeiro afirmou que **"é hoje evidente que a UE é incapaz de prevenir a extrema volatilidade do mercado, bem como de evitar situações de crise após a abolição do regime de quotas, sobretudo para garantir um desenvolvimento equilibrado da produção leiteira em toda a UE e evitar uma concentração extrema nas zonas mais produtivas."**

A finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro concluiu que **"as medidas que constam do pacote do leite têm um alcance limitado, não substituindo de maneira nenhuma o regime de quotas, pelo que deviam ser complementadas com medidas que permitam prevenir e gerir crises graves, nomeadamente quanto à regulação do mercado interno, à rotulagem da origem do leite e dos produtos lácteos e da monitorização do sector, sendo o observatório do leite manifestamente insuficiente."** 



Carlos Coelho preocupado com a privacidade dos cidadãos europeus


(Microsoft/ Estados Unidos da América)



Em Dezembro de 2013, um juiz de Nova Iorque emitiu um mandado obrigando à entrega dos conteúdos de uma caixa de correio electrónico, no âmbito de uma investigação de tráfico ilícito de substâncias proibidas. A conta de email é um serviço prestado gratuitamente pela empresa norte-americana, Microsoft. Mas os dados solicitados pelo tribunal encontram-se alojados num **data center** na Irlanda. A empresa recorreu e a referida decisão encontra-se em recurso num tribunal federal americano.

Para Carlos Coelho, **"é indesmentível que esta acção afectará as actuais negociações com os Estados Unidos no âmbito da Protecção de dados. Contudo, no actual quadro jurídico, poderemos estar perante uma violação da soberania da Irlanda, uma vez que a decisão do tribunal norte-americano teria efeito directo no território deste Estado Membro, e um terrível precedente para a defesa do direito fundamental da Privacidade e da Protecção de dados tal como definido na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia"**.

Neste sentido, o Eurodeputado do PSD, **Carlos Coelho**, dirigiu à Comissão Europeia as seguintes questões:

- 1. Considera a Comissão que a execução desta ordem constitui uma violação do actual enquadramento legal europeu para a protecção de dados e/ou a violação do Direito Fundamental à Privacidade?**
- 2. Pretende a Comissão intervir, de alguma forma, junto das autoridades norte-americanas?** 

Rangel preside a primeira reunião da Delegação UE Brasil

O recém-eleito **Presidente da Delegação Interparlamentar UE Brasil** organizou a **primeira reunião da Delegação** no passado dia 6 de Novembro.


Durante a reunião foi realizada uma troca de pontos de vista sobre as relações entre a UE e o Brasil que contou com a participação da Embaixadora da República Federativa do Brasil junto da União Europeia, Vera Machado, e o Chefe Adjunto da Divisão da América do Sul do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), Thomas Näcke.

O Deputado português foi o autor da iniciativa política que levou à criação da delegação interparlamentar União Europeia- Brasil.

Na estreia desta delegação no Parlamento Europeu, **Paulo Rangel** lembrou que sempre considerou que o Brasil devia ter um *“lugar próprio”* no âmbito da União Europeia e por essa razão considera que **a criação da Delegação foi “um acto de justiça”**.

O Deputado recordou que o Brasil *“foi um dos primeiros países com que a Europa estabeleceu relações diplomáticas”*

Só com uma delegação própria e autónoma se pode criar uma plataforma para acompanhar a parceria estratégica e para discutir os assuntos de natureza especificamente política e internacional com as instituições brasileiras.

As delegações têm a competência de manter e desenvolver os contactos internacionais do Parlamento. As actividades de uma delegação terão em vista, por um lado, manter e intensificar os contactos com os parlamentos dos Estados que são parceiros tradicionais da União Europeia e, por outro lado, contribuir para promover nos países terceiros os valores nos quais se funda a União Europeia, a saber, os princípios de liberdade, democracia, respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e do Estado de direito. 



Paulo Rangel lembrou que sempre considerou que o Brasil devia ter um *“lugar próprio”* no âmbito da União Europeia e por essa razão considera que a criação da Delegação foi *“um acto de justiça”*, e recordou que o Brasil *“foi um dos primeiros países com que a Europa estabeleceu relações diplomáticas”*.

Comissário Europeu garante a Fernando Ruas auxílio à ilha do Fogo



O Eurodeputado **Fernando Ruas** reuniu com o Comissário Europeu para a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises Christos Stylianides no Edifício Berlaymont- sede da Comissão Europeia, em Bruxelas, na sequência de uma pergunta prioritária enviada à Comissão Europeia, sobre **“Ajuda Humanitária e de Protecção Civil à Ilha do Fogo (Cabo Verde)”**.

O Comissário Europeu salientou que **“tem acompanhado o evoluir da situação desde o primeiro dia, através de informações constantes fornecidas pelos serviços da Comissão”,** expressando **“a sua profunda preocupação pelo impacto da torrente de lava junto da população residente e nas infra-estruturas da ilha”**.

Christos Stylianides recordou ainda que **“no seguimento do pedido efectuado por Cabo Verde, foi enviada assistência material e dois peritos chegaram no dia 3 a Cabo Verde, no âmbito do Mecanismo de Protecção Civil da UE”,** garantindo que **“continuará a monitorizar o evoluir dos acontecimentos”** e que estará

O Comissário salientou que “tem acompanhado o evoluir da situação desde o primeiro dia, através de informações constantes fornecidas pelos serviços da Comissão”, expressando “a sua profunda preocupação pelo impacto da torrente de lava junto da população residente e nas infra-estruturas da ilha”.

“atento à necessidade do envio de mais assistência, caso seja necessário”.

O Eurodeputado português do PSD Fernando Ruas, por sua vez, regista **“com muito agrado, a disponibilidade, a abertura e a preocupação do Comissário Christos Stylianides relativamente ao assunto em apreço, bem como a celeridade com que deu resposta à solicitação que atempadamente lhe fizemos chegar”.**

Fernando Ruas enfatizou ainda **“a compreensão, o conhecimento e a rápida resposta dada pela Comissão à grave situação vivida no terreno pelas populações, na sequência das erupções vulcânicas registadas na Ilha do Fogo”,** não deixando igualmente de salientar **“a**

pronta resposta do Governo Português”. Recordamos que no seguimento do pedido de ajuda internacional efectuado pelo Governo de Cabo Verde, o Eurodeputado português questionou a Comissão relativamente à possibilidade da atribuição de algum apoio a Cabo Verde, na forma de Ajuda Humanitária, Protecção Civil ou outra.

Relatos no local apontam para a destruição de mais de 50 habitações e igual número de depósitos de água, várias casas de apoio à pecuária e à agricultura, uma extensa área de terreno agrícola, a sede do Parque Natural, um hotel e uma escola básica. Provocou ainda a evacuação da localidade de Chã das Caldeiras, com mais de 1.200 pessoas, não existindo até ao momento nenhum registo de vítimas.

Sofia Ribeiro promove primeiro encontro de concertação social portuguesa no Parlamento Europeu

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** promoveu o **primeiro encontro tripartido em Bruxelas** para discutir vias de Crescimento e de Emprego para os Açores e para o nosso País, considerando o seu enquadramento Europeu. Segundo Sofia Ribeiro *“promovi a primeira reunião da concertação social portuguesa e açoriana no Parlamento Europeu em Bruxelas, reunindo elementos representativos do Governo, das entidades empregadoras e das associações sindicais”*

Este evento teve duas partes, uma conferência que decorreu pela manhã intitulada **“Emprego e crescimento - Portugal numa perspectiva europeia”** e que contou com as intervenções de diversas personalidades da concertação social europeia, nacional e regional, nomeadamente **“Henry Malosse, Presidente do Comité Económico e Social Europeu, Octávio Oliveira, Secretário de Estado do Emprego, Silva Peneda, Presidente do Conselho Económico e Social português e Duarte Freitas, Presidente do PSD-Açores”**.

Pela tarde, e após um almoço-debate com o Eurodeputado e Chefe de Delegação do PSD no Parlamento Europeu, Paulo Rangel, decorreu uma mesa redonda que contou com os representantes da CGTP-IN, UGT, CIP, CCP, CAP, CTP, CGTP-IN/AÇORES, UGT/AÇORES, Câmaras de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta, Federação Agrícola dos Açores, Federação de Pescas dos Açores, União Regional das Misericórdias dos Açores, União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, TSD e TSD-Açores.

Segundo Sofia Ribeiro *“foi um muito interessante e profícuo momento de debate, de troca de ideias e opiniões, com vista a descortinar os melhores e mais rápidos caminhos para um verdadeiro crescimento económico e criação de empregos de uma forma sustentada. Se discutir o desemprego não é tarefa difícil, encontrar mecanismos que potenciem a criação de emprego sustentado e interligado com crescimento real é muitíssimo mais exigente. E se é compreensível que os interesses dos representantes de sectores tão diversificados possam ser divergentes, existem, de facto, padrões comuns que podem ser trabalhados, a*




Sofia Ribeiro “promovi a primeira reunião da concertação social portuguesa e açoriana no Parlamento Europeu em Bruxelas, reunindo elementos representativos do Governo, das entidades empregadoras e das associações sindicais”

saber: a necessidade de se investir na educação dos nossos jovens e na formação de activos, aproximando as competências adquiridas às necessidades das empresas; a imperiosidade de se colocar a ciência e a investigação como veículo de crescimento económico; a imprescindibilidade de fortalecer e ter como veículo comum as questões da economia social”.

Para a Eurodeputada Sofia Ribeiro, estas iniciativas são extremamente importantes pois *“se não houver o estabelecimento de contactos frequentes de proximidade, os responsáveis políticos ficam isolados na sua acção, correndo o risco de se representarem mais a si próprios do que os concidadãos que os elegeram. Para os Eurodeputados esse risco é maior, face à dis-*

tância a que o seu centro de intervenção está sujeito, o que exige um compromisso de cooperação com as entidades representativas dos vários sectores da nossa sociedade, de que este encontro em Bruxelas foi um exemplo.”

A finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro afirmou que **“os veículos para essa construção, para um crescimento e emprego sustentável continuarão a ser debatidos: Garantia Jovem; Seguro de Desemprego Europeu; combate à economia paralela; diminuição da carga fiscal empresarial; incentivo à contratação de pós-graduados; rede EURES; Estratégia 2020, entre outros que se encontram na agenda europeia e que merecerão um diálogo tripartido permanente. É esse o meu compromisso”**. 

Carlos Coelho pressiona Presidência Italiana a avançar com as negociações sobre o Pacote Telecom (Neutralidade da rede e fim do roaming até 15 Dezembro 2015)


Carlos Coelho, em conjunto com outros Eurodeputados dirigiu uma carta à Presidência Italiana instando-a a avançar com as negociações do Pacote Telecom.

Preocupados com as posições da Presidência Italiana sobre o pacote telecom - que teriam como consequência enfraquecer as definições de **neutralidade da rede** e de **serviços especializados** - um conjunto de Eurodeputados, entre os quais o Eurodeputado **Carlos Coelho**, dirigiram uma carta à presidência Italiana instando-a a avançar com as negociações.

Para Carlos Coelho, *“O Conselho não deve enfraquecer as propostas para o Mercado Único das telecomunicações. A Europa necessita que a neutralidade da internet esteja plasmada no Direito da União. A Europa precisa de serviços especializados essenciais para o Mercado Único Digital, e a abertura da rede é essencial para a promoção da inovação e da concorrência”*.

Outra das preocupações de Carlos Coelho é a questão do fim do roaming.

Segundo o Deputado Português *“a eliminação das taxas de roaming já é há muito devida. Adiar para data posterior a 15 de Dezembro de 2015, e permitir que taxas extra sejam cobradas às pessoas quando viajam na UE, irá lesar e desapontar os cidadãos europeus”*

Nesse sentido, Carlos Coelho *“insta a presidência Italiana a avançar com as negociações tendo por base as definições e datas aprovadas pelo Parlamento Europeu, para que em meados de Dezembro de 2015, possamos ter a neutralidade da Internet e o fim do roaming”*. 



Os Nossos Deputados:

Paulo Rangel
paulo.rangel@europarl.europa.eu
www.paulorangel.eu

Carlos Coelho
carlos.coelho@europarl.europa.eu
www.carloscoelho.eu

Fernando Ruas
fernando.ruas@europarl.europa.eu
www.fernandoruas.pt

Claudia Monteiro de Aguiar
claudia.monteirodeaguiar@europarl.europa.eu

Sofia Ribeiro
sofia.ribeiro@europarl.europa.eu
www.sofiaribeiro.eu

José Manuel Fernandes
josemanuel.fernandes@europarl.europa.eu
www.josemanuelfernandes.eu